

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Sistema prisional – Elogio à atuação do Poder Judiciário | |
| Veículo: Jornal do Commercio | |
| Editoria: Opinião JC | Seção: |
| Página: 8 | Data: 26/03/2015 |

Sistema prisional

Manoel Jerônimo de Melo Neto

O sistema prisional de Pernambuco não vive uma realidade diferente do resto do Brasil. Uma situação caótica, com consequências devastadoras, muito triste de se ver.

Para mudar essa situação, é necessário que haja um grande pacto federativo em torno dessa matéria e que, assim, o governo federal auxilie os governos estaduais na garantia de que a Lei de Execução Penal seja integralmente cumprida.

Isso fará com que a ressocialização seja uma realidade, e não uma utopia no sistema prisional brasileiro.

É importante registrar que em Pernambuco o governo do Estado passou a enfrentar o agravamento da crise no sistema prisional nos primeiros dias da gestão, tomando medidas emergenciais de pronto.

Entre elas estão os pedidos de apoio destinados à Defensoria Pública de Pernambuco, ao Ministério Público do Estado e ao próprio Tribunal de Justiça.

Assim como no plano nacional, também é importante que os órgãos que compõem o sistema de justiça do estado possam contribuir de forma permanente para solução dessa problemática, haja vista que as maiores reclamações dos presos é a falta de assistência jurídica e a falta de celeridade nos julgamentos dos processos.

Contudo, é válido ressaltar que esses problemas têm ocorrido, fundamentalmente, em razão do baixo

quantitativo de juizes, promotores, defensores públicos e servidores.

Essa situação precisa ser revista e, para tanto, é imprescindível a ampliação dos recursos orçamentários destas instituições. Com ênfase ao da Defensoria Pública de Pernambuco, que dos três que possui o menor orçamento.

A Defensoria Pública, por ser um órgão de execução penal, precisa ter investimentos na ordem proporcional ao do Ministério Público, por exemplo.

Ocorre que essa situação já foi percebida pelo governador Paulo Câmara, que já se prontificou em investir mais nas respectivas instituições.

O que já está sendo feito, inclusive com o concurso público, que está em andamento, para o cargo de defensor público, com a nomeação de 80 novos defensores.

Desses oitenta, trinta atuarão exclusivamente em presídios, o que contribuirá consideravelmente para resolver o problema da falta de assistência jurídica.

Com relação ao Poder Judiciário, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Frederico Neves, de forma muito inteligente e oportuna já designou seis juizes para trabalhar na 1ª Vara de Execução Penal.

O objetivo é de fazer com que os processos andem mais rápido e sejam organizados vários outros mutirões, agilizando a demanda reprimida o mais rápido possível.

☉ **Manoel Jerônimo de Melo Neto** é defensor público geral do Estado

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: Desembargador Jones Figueirêdo – Faculdade de Direito de Lisboa | |
| Veículo: Folha de Pernambuco | |
| Editoria: Persona | Seção: Programa |
| Página: 2 | Data: 26/03/2015 |



Divulgação



O jurista português **Jorge Reis Novaes** e o desembargador **Jones Figueirêdo** na Faculdade de Direito de Lisboa

| | |
|---|----------------------------|
| Assunto: Comenda – Juiz João Targino | |
| Veículo: Diário de Pernambuco | |
| Editoria: Viver | Seção: João Alberto |
| Página: C3 | Data: 26/03/2015 |

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Comenda

O juiz João Targino recebe quarta-feira, no Clube do Exército, em Brasília, a Ordem do Mérito Judiciário Militar, por indicação do general Odilson Benzi, ministro do Supremo Tribunal Militar.